

Resenha

A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite

The foolishness of Brazilian intelligence: or how the country allows itself to be manipulated by the elite

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015. 272 p.

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2016v4.n2.p135](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2016v4.n2.p135)

George Bronzeado Andrade¹
Jeane Silca de Freitas²

Recebido em: 11 de novembro de 2017

Aprovado em: 10 de fevereiro de 2017

O novo e provocativo livro do sociólogo e cientista político Jessé Souza, atual presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), lançado no fim do ano de 2015, é um soco no estômago do clássico pensamento intelectual brasileiro, a “inteligência sequestrada” no dizer de Jessé. Sob o sarcástico e sugestivo título “A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite” (pela Editora LeYa) e na esteira de outras obras suas, como “A ralé brasileira: quem é e como vivem” e “A construção social da subcidadania”, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) trata de empreender uma revisão crítica das ideias que nortearam o pensamento intelectual brasileiro na tentativa de identificar os paroxismos sociais, as raízes atávicas do comportamento e pensamento da sociedade brasileira, assim como desmitificar supostas “verdades” teóricas e generalizações culturais (particularizantes da sociedade brasileira) que se tornaram dogmas indevassáveis no pensamento intelectual brasileiro. Com inigualável propriedade teórica, o presidente do IPEA promove uma devastadora desconstrução de teses clássicas que impingiram visões “culturalistas” sobre como a sociedade brasileira se enxerga em desmedido equívoco, em razão dos desvios intelectuais gerados pelo pensamento conservador, amparado em matrizes liberais e, acima de tudo, calcado numa espécie de idealização de uma “ética impessoal” nortista, de base “científica”.

O livro de Jessé Souza, que contém 278 páginas, fragmenta-se em quatro partes, sendo que cada parte é compartimentada por diversos ca-

1. Graduado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa Unipê (2003); Especialista em Direito Constitucional pela Unipê (2008), Mestre em Relações Internacionais (2014) pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, e membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa Ásia-Pacífico (GEPAP) da UEPB, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB). ORCID: 0000-0002-1772-9477

2. Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Mestra em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (2014), bacharela em Relações Internacionais pela mesma Universidade (2011) e bacharela em Administração de Empresas pela Universidade Norte do Paraná (2010). ORCID: orcid.org/0000-0002-8851-6698

3. Jessé chama de “culturalismo racista” ou de “racismo cultural” a visão teórica calcada na teoria da modernização, de que existem sociedades “inferiores”, assim como seus habitantes, em oposição à sociedades superiores, praticantes de uma ética virtuosa, orientada pela modernidade, impessoalidade e confiança. Nas sociedades inferiores ou periféricas, teríamos, ao contrário de sua antítese, o predomínio do “primitivo”, da “pessoalidade” e da “corrupção”. Nota dos autores.

4. O personalismo se caracterizaria pelas relações de pessoalidade nas relações com o Estado, com a “coisa pública”, e mesmo nas relações interpessoais de trabalho, marcadas pelo compadrio, corporativismo, favorecimento, relação pessoal de amizade.

5. O patrimonialismo é uma característica apontada por diversos estudiosos da sociedade brasileira como uma marca que grassa as relações da sociedade com o Estado, uma suposta herança colonial portuguesa, que desde o início da colonização promoveu a doação de terras públicas para desenvolvimento e povoamento das terras portuguesas em solo brasileiro. O patrimonialismo seria a perpetuação do privilégio, do abuso dos bens públicos, a apropriação e aparelhamento dos bens do Estado como se privados fossem, o que gera a tese da confusão da sociedade brasileira em tomar o público pelo privado.

pítulos em que o professor Potiguar tece sua intrincada trama. Nas duas primeiras partes do livro, Jessé aborda o que chama de dois pilares sobre os quais está assentado o pensamento intelectual brasileiro: o “racismo cultural” e a interpretação “economicista” da realidade brasileira. Ao criticar o “culturalismo racista”³ Jessé se contrapõe às narrativas e leituras teóricas reproduzidas pelos autores clássicos (que alcunha de “vacas sagradas”) como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, Roberto DaMatta, entre outros que tiveram um papel deletério na naturalização das desigualdades sociais brasileiras. Para Jessé, a construção social de um pensamento dominante se estabeleceu em razão da manipulação de um discurso hegemônico (norte-americanizado) que se propunha traduzir a sociedade brasileira e suas contradições sob o viés do que Jessé chama de “culturalismo racista” (SOUZA, 2015, p. 26). Nesse aspecto é necessário lembrar que Jessé Souza recupera o conceito de “violência simbólica” do sociólogo Pierre Bourdieu (conceito, aliás, que permeia todo o livro) para esclarecer que existe uma violência simbólica (invisível, imperceptível) que perpetua uma cultura dominante, imposta dissimuladamente sob o pálio de uma legitimidade estatal, permitindo a naturalização da opressão através do discurso intelectual que é institucionalizado pelo Estado, escola, universidade, poderes públicos, mídia, etc. (Ibid., p. 10), aproximando-se em termos teóricos da tese do sociólogo norueguês Johan Galtung ao tratar da violência estrutural.

Jessé defende que a visão desses autores clássicos brasileiros foi institucionalizada pelo Estado, pela mídia e acreditada pelo corpo social, legitimando a perspectiva de que somos uma sociedade naturalmente atrasada, afetiva, pessoal e conseqüentemente corrupta. Essa narrativa, na visão de Jessé é “pseudo-científica”, preconceituosa, carregada de uma percepção ideológica, uma espécie de “ciência acrítica”, pois não é o personalismo⁴, o patrimonialismo⁵ ou a corrupção que singulariza a sociedade brasileira, pois todas essas características estão presentes, em maior ou menor escala, em qualquer sociedade do mundo (Ibid., p.31). Jessé entende que existe uma grande construção social que formata consensos, e esses consensos geram imagens equivocadas ou visões enviesadas da sociedade sobre si mesma. Neste sentido, também aponta Abreu (2008), em obra em que trata da naturalização do pensamento dominante (hegemônico). Para este autor, no processo de naturalização, há o intuito de maquiagem ou obscurecer os processos de introjeção da visão do opressor sobre o oprimido (ABREU, 2008, pp.326-329).

Na visão do professor Jessé, a sociedade brasileira passou, a partir de interpretações com base na explicação cultural de seu comportamento, a replicar um discurso opressivo (introjetado pelo opressor), que se em um primeiro momento com Gilberto Freyre (com “Casa-Grande & Senzala” em 1933) buscava singularizar o brasileiro “miscigenado” (a figura do brasileiro “sensual”, “hospitaleiro”, “pacífico”, “cordial”, “preguiçoso”), exaltando suas pseudo-qualidades em oposição ao homem americano (SOUZA, 2015, pp.30-31), em Sérgio Buarque de Holanda (com Raízes do Brasil) viria assumir um caráter de “complexo ultra patológico”, tendo em vista que em Holanda seríamos apegados exageradamente ao personalismo das relações, sendo necessário vencer o atraso do iberismo

(legado da colonização), devendo a sociedade brasileira vencer o atraso tradicional (herança do colonialismo português) rumo à imagem da sociedade “avançada” dos Estados Unidos (SOUZA, 2015, p. 45).

Para Jessé, autores como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre se apropriaram de categorias weberianas no estudo da influência do elemento religioso e a “ética” ascética intramundana do protestantismo no desenvolvimento das sociedades do norte (Ibid., p. 24). No entendimento do cientista político Potiguar, esses autores clássicos brasileiros se apropriaram de Weber indevidamente para explicar o Brasil sob o espectro dualista que dividia o mundo em sociedades “avançadas” (centrais), marcadas por uma ética do trabalho (que caracterizava as sociedades racionais modernas e alavancava o capitalismo) e as sociedades atrasadas (periféricas e “irracionais”), marcadas por uma moralidade inferior (WEBER, 2001, pp. 35-39). Gilberto Freyre criou o “mito” da democracia racial que mitigava a desigualdade social medonha entre nós e Holanda nos legou a deletéria imagem da sociedade singularizada pelo caudilhismo, paternalismo, clientelismo e patrimonialismo.

No caso do “homem cordial” buarqueano, Holanda trabalhava igualmente com o padrão de dicotomias, quando pensava o Brasil em termos ambivalentes, por isso opunha a sociedade rural (sociedade brasileira) *versus* sociedade urbana; sociedade do trabalho *versus* sociedade da aventura (nossa sociedade); método *versus* capricho (nossa sociedade); burocracia *versus* caudilhismo; norma impessoal *versus* impulso afetivo. É contra essa compreensão ambivalente que Jessé se insurge. Jessé Souza também se volta contra a concepção patrimonialista (a suposta herança colonial portuguesa eterna) de Raimundo Faoro, ao conceber a construção de Faoro como uma imagem “demonizada” do Estado (em oposição a deificação do mercado), marcado pelas apropriações pessoais (os estamentos) e pela confusão entre o público e o privado, o que deságua na tese de um Estado predominantemente corrupto, apropriado pelos particulares, que por sua vez reproduzem no âmbito estatal a “propensão colonial”, quase natural, à corrupção (SOUZA, 2015, pp.52-53). Para Jessé, a narrativa de Faoro não explica a sociedade contemporânea porque ignora os constrangimentos institucionais que moldam a sociedade brasileira após a quebra do pacto colonial e a instalação do capitalismo no Brasil, como apontou com acerto Florestan Fernandes (Ibid., p. 123). Além disso, na perspectiva jesseana, Faoro e os autores que o precederam não entenderam que o regime escravocrata é o elemento fundamental (matriz inicial) para se compreender os traços sociológicos da sociedade brasileira e sua característica mais marcante: a perversa e profunda desigualdade social (Ibid., p. 129).

Na crítica a Roberto DaMatta, Jessé volta a carga vociferando críticas severas à concepção personalista que DaMatta impinge às relações sociais brasileiras (“o jeitinho brasileiro” ou o “você sabe com quem está falando”), opondo-se a uma espécie de “ética” dual DaMattiana que faz com que ajamos no plano social, ora sob o estigma da ética impessoal, ora sob a batuta da conveniência e do personalismo nas relações mais pessoais (o comportamento da “casa” e da “rua”). Para Jessé, DaMatta ignora a eficácia das instituições e não percebe, em suas formulações pouco ou

nada científicas, o que temos de similar com outras sociedades modernas, gerando o que ele chama de “conto de fadas” do Brasil, como uma sociedade “pré-moderna, do favor pessoal, da corrupção e do personalismo das relações pessoais” (SOUZA, 2015, p.77).

No livro, na parte dois mais especificamente, Jessé desmonta a compreensão predominantemente economicista que alguns autores empreenderam sobre o Brasil, e escolhe o sociólogo Francisco de Oliveira (dialoga também com Fernando Henrique Cardoso) para desbaratar a tese de que apenas o conhecimento dos mecanismos econômicos que construíram o Brasil é suficiente para formatar o mosaico de sua imagem como sociedade. Embora Jessé não negue a importância da compreensão econômica, salienta que é preciso compreender os elementos simbólicos (lógica simbólica) que constroem o sistema, reproduzindo consensos sociais que não são simples decorrência dos interesses econômicos (Ibid., p. 115). A análise do presidente do IPEA neste aspecto lembra em muitos sentidos a análise gramsciana na revalorização da superestrutura (religião, política, ideologia, moral, cultura, etc) em oposição à infraestrutura marxiana⁶. Jessé recupera o conceito de “violência simbólica” do sociólogo Pierre Bourdieu (conceito, aliás, que permeia todo o livro), para esclarecer que existe uma violência simbólica (invisível, imperceptível) que perpetua uma cultura dominante, imposta dissimuladamente sob o pálio de uma legitimidade estatal, permitindo a naturalização da desigualdade.

Nas duas últimas partes do livro, com um viés mais marxiano (embora negue tal orientação), Jessé Souza retoma a crítica da “satanização” do Estado e da glorificação do mercado por parte dos intelectuais (de matiz liberal), que disseminam a reprodução simbólica do capitalismo na sociedade. Por isso, propõe uma teoria crítica da modernização que busque desnudar os mecanismos de dominação, a percepção da opacidade da dominação (Ibid., p.145). Jessé reconstrói sociologicamente a definição da classe média tradicional brasileira, que se por um lado é manipulada pela elite e pela *intelligentsia*, se caracteriza também pelos ideais de manutenção do *status quo* e do privilégio. Para Jessé, diferentemente de trabalhos apresentados por Marcelo Neri (2012) - um economicista na visão de Jessé - assim como Márcio Pochmann (2012), a classe média não é definida pelo critério de consumo e renda, mas sim pela replicação de sua “casta”, que se reproduz no ideal de manutenção do padrão sócio-econômico de pai para filho, de filho para neto, e bisneto, interminavelmente (SOUZA, 2015, pp.221-223). Segundo o cientista político da UFF, esta classe média “compra” o discurso liberal da meritocracia em um país absolutamente desigual, onde a meritocracia só pode funcionar para as classes mais abastadas (não para a maioria da população), fazendo com que o privilégio apareça como algo merecido ou meritório, uma “forma especificamente capitalista e moderna de legitimação da desigualdade social” (Ibid., p. 228).

Ao se voltar mais uma vez para Bourdieu (autor recorrente assim como Weber em seus escritos), Jessé Souza expõe a teoria dos capitais (cultural, social, econômico) do mesmo autor (que explica uma nova compreensão do capitalismo global), mostrando como o capital cultural

6. Para Gramsci, os elementos da superestrutura como a política, a cultura, os costumes, os comportamentos morais, as ideias, a escola, entre outros fatores não-econômicos, têm grande importância no processo de transformação social. Em Gramsci será preciso compreender em que medida esses elementos superestruturais contribuem para a dominação do capitalismo hegemônico. Jessé Souza se aproxima de Gramsci quando trabalha com a categoria da construção social do pensamento hegemônico, se afastando nesse sentido das explicações infraestruturais defendidas por herdeiros do legado de Marx, que acreditavam que, sobretudo o elemento econômico, poderia explicar todas as nuances da dominação hegemônica.

é utilizado pela classe média para capitanear através da escola e da herança familiar a perpetuação de sua origem, enquanto uma classe categorizada pelo “trabalho intelectual” em oposição ao “trabalho manual”. Para Jessé, utilizando-se dos preceitos teóricos de Bourdieu (2001), não só o capital social (acesso a relações pessoais privilegiadas) é decisivo para o sucesso individual, mas o capital social só é permitido a quem já disponha de capital cultural e econômico (SOUZA, 2015, p. 154-155). Este capital cultural é conseguido muitas vezes à custa do esforço de trabalhadores de classes subalternas (o que Jessé provocativamente alcunha de “ralé”), que servem aos interesses da classe média privilegiada, e que labutam muitas vezes como babás, empregadas domésticas, porteiros, motoristas, etc. Esta espécie de exploração acontece para que a classe média e sua “prole” possa se especializar e galgar mais altos níveis educacionais “roubando tempo” das classes subalternas, numa flagrante espoliação classista. Além disso, Jessé defende que os filhos da classe média têm estímulos emocionais e afetivos advindos do capital cultural para reproduzirem os privilégios da manutenção de classe, chegando primeiro como vencedores na escola e depois no mercado de trabalho. No dizer de Jessé,

As classes do privilégio não dispõem apenas dos capitais adequados para vencer na disputa social por recursos escassos, possuem também a ‘crença em si mesmo’, produto da autoconfiança de classe. (SOUZA, 2015, p. 236).

Jessé é apelidado pelo professor Bolívar Lamounier de “representante da esquerda marxista brasileira” (título que o autor rejeita), e por outros críticos de sua obra, de ter “cozinhado” em seu livro uma grande “salada” teórica, colocando como “farinha do mesmo saco” e “banana do mesmo cacho” autores de matrizes teóricas completamente opostas, como Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes, só para ficar em um exemplo. Porém, supostos desencontros à parte, não se pode negar que Jessé Souza empreendeu um ensaio sociológico e político de fôlego, desconstruindo e desnaturalizando teses tradicionais de “monumentos” perpétuos da intelectualidade brasileira do último século. Na sua árdua tarefa, o cientista político e sociólogo Potiguar soube utilizar-se de ferramentas teóricas apropriadas, com coragem suficiente, e até mesmo, por que não dizer, audácia intelectual raramente vistas no meio intelectual brasileiro, dominado por um academicismo deslumbrado pelas teses estrangeiras, acostumado a servir “pratos requentados” de pouca ou nenhuma novidade para um público conservador e reacionário, avesso à contradita e que tem ojeriza ao revisionismo do pensamento social, amedrontado pela perspectiva da perda do *status quo* e de perder as “rédeas” que manipulam a sociedade.

Jessé Souza ainda tece no final do livro, impressões muito peculiares sobre as manifestações que assolaram o país em de junho de 2013, que atribui a um “moralismo” de classe média que busca uma “virtude idealizada”, movimento seletivo e antidemocrático, que demoniza o Estado (pois quase sempre a corrupção é estatal ou tem relação com o Estado), escondendo ou maquiando, mais uma vez, a verdadeira causa da maioria dos males da sociedade brasileira, que segundo o professor, chama-se desigualdade social.

Referências

.....

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos. Cidadania e hegemonia no mundo moderno.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópoles: Vozes, 2001.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide.** São Paulo: Sarai-va, 2012.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2012.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: LeYa, 2015. 272 p.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2001.